

Sumário

PREFÁCIO	7
ÍNDICE DE ABREVIATURAS.....	13
INTRODUÇÃO. RAÍZES PROBLEMÁTICAS: REPENSANDO A CAUSALIDADE INFORTUNÍSTICA NAS CONDUTAS OMISSIVAS	25
1. CAUSALIDADE E IMPUTAÇÃO NO DIREITO CIVIL (E NO DIREITO DO TRABALHO) ...	39
1.1. Breve olhar sobre a jurisprudência nacional e seus equívocos no plano da causalidade infortunística para condutas omissivas	39
1.2. As soluções do Direito Penal para a “causalidade omissiva”	58
1.3. A causalidade no Direito Civil: as lições de Enneccerus/Lehmann. Causa, risco e perigo (primeiras aproximações)	63
1.4. As teorias da equivalência dos antecedentes e da causalidade adequada. Breve esboço crítico. Qual é, afinal, a teoria de causalidade perfilhada pelo legislador brasileiro?	74
a) A teoria da equivalência dos antecedentes	75
b) A teoria da causalidade adequada	86
1.5. Ainda a causalidade no Direito Civil: inflexões na viragem do século XXI. Presunção de causalidade, causalidade flexível, causalidade alternativa, responsabilidade pelo resultado mais grave e responsabilidade por dano futuro.....	105
1.6. As lições de Karl Larenz: da causalidade à imputação.....	123
1.7. Conclusões intermédias. Nexo causal e nexo nomológico nos regimes de responsabilidade civil em geral (e na responsabilidade civil-trabalhista em especial): uma distinção fundamental.....	131
2. A TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA: FUNDAMENTOS E POSSIBILIDADES.....	141
2.1. Direito e funcionalismo.....	141
2.2. Imputação e funcionalismo penal. Dois referenciais teóricos: Claus Roxin e Günther Jakobs	149

2.3.	O paradigma do risco (permitido, proibido, incrementado, diminuído, realizado). Cursos causais hipotéticos	165
2.4.	O âmbito de proteção da norma objetiva de cuidado.....	184
2.5.	Os postulados de Günther Jakobs.....	189
a)	“Existe um risco permitido”	189
b)	“Existe uma proibição de regresso”	191
c)	“Existe uma competência da vítima”	193
d)	“Existe um princípio da confiança”	196
3.	A TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA E O MEIO AMBIENTE DO TRABALHO: APLICAÇÕES AOS ACIDENTES DE TRABALHO E ÀS DOENÇAS OCUPACIONAIS	207
3.1.	Meio ambiente do trabalho: conceito, preceito, sujeito	207
3.2.	Meio ambiente do trabalho e a figura do empregador	235
3.2.1.	Competências em virtude de instituição (1): breve olhar jurídico-comparativo.....	235
3.2.2.	Competências em virtude de instituição (2): relação de emprego como relação de natureza comunitário-pessoal e dever patronal de proteção.....	259
3.3.	Meio ambiente do trabalho e o paradigma do risco.....	265
3.4.	As normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e seus recentes (des)caminhos.....	293
3.4.1.	Gerenciamento de riscos na nova NR-1: crítica	294
3.4.2.	Novos paradigmas da prevenção: O gerenciamento de riscos ocupacionais e o programa de gerenciamento de riscos.....	303
3.4.3.	NR-1 e o dever de proteção: O sistema de gerenciamento de riscos ocupacionais.....	311
3.5.	Âmbito de proteção da norma jurídica de cuidado: aplicações ao Direito Tutelar do Trabalho	313
3.5.1.	Embargo e interdição: uma leitura da NR-3 como reflexão ao risco grave e iminente	324
3.5.2.	Ergonomia e riscos psicossociais da NR-17.....	331
3.5.3.	Novas normas regulamentadoras?.....	335
3.6.	Existe um <i>outro</i> princípio da confiança? “ <i>Compliance</i> ” e auditorias em geral ...	342
3.7.	A responsabilidade civil patronal e as competências da vítima. A teoria do “ato inseguro”	363

3.8.	Ressignificando a proibição de regresso para os fenômenos do mundo do trabalho contemporâneo. Contaminação pelo SARS-Cov-2. Os terceiros “oportunistas”: fabricantes, fornecedores, cadeias de abastecimento.....	386
4.	RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJETIVA V. OBJETIVA: UMA OUTRA DISCUSSÃO ...	435
4.1.	A responsabilidade civil do empregador nos acidentes de trabalho e nas doenças ocupacionais: a perspectiva aquiliana, a perspectiva do risco inerente superlativo e a perspectiva labor-ambiental.....	435
4.2.	A responsabilidade civil objetiva do empregador segundo o Supremo Tribunal Federal: “ <i>iter</i> ” e “ <i>fatum</i> ”	466
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	485
	REFERÊNCIAS	497